

O Caso de Adão

Arthur W. Pink

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

Em nosso capítulo sobre a “Soberania de Deus e a Responsabilidade Humana”, lidamos somente com a responsabilidade do homem considerado como uma criatura caída, e no final da discussão apontamos como a medida e extensão da nossa responsabilidade varia em diferentes indivíduos, de acordo com as vantagens que receberam e os privilégios que desfrutaram, que é uma verdade claramente estabelecida pela declaração do Salvador registrada em Lucas 12:47-48: “E o servo que soube a vontade do seu senhor e não se aprontou, nem fez conforme a sua vontade, será castigado com muitos açoites. Mas o que a não soube e fez coisas dignas de açoites com poucos açoites será castigado. E a qualquer que muito for dado, muito se lhe pedirá, e ao que muito se lhe confiou, muito mais se lhe pedirá”.

Ora, estritamente falando, houve apenas dois homens que andaram nessa Terra que receberam uma responsabilidade plena e intacta, e eles foram o primeiro e o último Adão. A responsabilidade de cada um dos descendentes racionais de Adão, embora real, e suficiente para torná-los passíveis de prestar contas ao seu Criador, é, todavia, limitada em grau, limitada porque foi debilitada pelos efeitos da Queda.

Não somente a responsabilidade de cada um dos descendentes de Adão é *suficiente* para constituí-la *pessoalmente* uma criatura que deve prestar contas (isto é, como alguém tão constituído que *deve* fazer o certo e *deve não* fazer o errado), mas originalmente cada um de nós foi também favorecido, *judicialmente*, com responsabilidade plena e intacta, não em nós mesmos, mas *em Adão*. Deveria sempre estar em nossas mentes que Adão não era apenas o pai da raça humana *seminalmente*, mas ele era o cabeça da raça *legalmente*. Quando Adão foi posto no Éden, ele permaneceu ali como o nosso *representante*, de forma que o que ele fez foi computado na conta de cada um daqueles por quem agiu.

Está além do nosso presente propósito entrar aqui numa discussão longa da Representação Federal de Adão (Embora haja uma *necessidade* profunda e ampla para isso, e esperamos escrever sobre esse assunto em outro livro), portanto, é suficiente agora remetermos o leitor a Romanos 5:12-19, onde essa verdade é tratada pelo Espírito Santo. No cerne dessa importantíssima passagem, aprendemos que Adão era “*a figura* daquele que

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em 17 de abril de 2007.

havia de vir” (v. 14), isto é, de Cristo. Em *que* sentido, então, Adão era “a figura” de Cristo? A resposta deve ser: no fato dele ser um Representante Federal; porque ele agiu em nome da raça humana; porque ele era alguém que legalmente, bem como vitalmente, afetou todos unidos a ele. É por essa razão que o Senhor Jesus é em 1 Coríntios 15:45 denominado “o último *Adão*”, isto é, o Cabeça da nova criação, assim como o primeiro Adão foi o Cabeça da antiga criação.

Em Adão, então, cada um de nós estava. Como o representante da raça humana, o primeiro homem agiu. Adão foi criado com responsabilidade plena e intacta; intacta porque não havia nenhuma natureza má nele; e como estávamos todos “em Adão”, segue-se necessariamente que todos nós, *originalmente*, fomos também dotados de uma responsabilidade plena e intacta. Portanto, no Éden, não foi meramente a responsabilidade de Adão como uma única pessoa que foi testada, mas sim a Responsabilidade Humana, a Responsabilidade da Raça, como um todo e em parte, que estava sob provação.

Webster define responsabilidade primeiro como “sujeito a prestar contas”; segundo como “capaz de cumprir uma obrigação”. Talvez o significado e o escopo do termo responsabilidade poderia ser expresso e resumido na palavra *dever*. Para com Deus, responsabilidade diz respeito ao que é *devido* ao Criador da parte da criatura, estando sob obrigações morais de fazê-lo.

À luz da definição acima, é uma vez mais aparente que responsabilidade é algo que deve ser *colocado sob provação*. E como um fato, isto é, como aprendemos do Registro Inspirado, é exatamente isso o que ocorreu no Éden. Adão foi colocado sob provação. O teste consistia de obediência à ordem do seu Criador. Ele foi proibido de comer o fruto de certa árvore.

Mas logo aqui uma dificuldade muito formidável nos confronta. Do ponto de vida *de Deus*, o *resultado* da provação de Adão não foi deixado na incerteza. Antes de ele formá-lo do pó da terra e soprar em suas narinas o sopro de vida, Deus sabia exatamente como o teste determinado terminaria. Com essa declaração todo leitor cristão deve estar de acordo, pois negá-la é negar a presciência de Deus e negar sua onisciência, e isso é repudiar um dos atributos fundamentais da Divindade. Mas devemos ir mais adiante: não somente Deus tinha um pré-conhecimento perfeito do resultado do teste de Adão, não somente seu olho onisciente tinha visto Adão comendo do fruto proibido, mas ele *decretou* de antemão que ele *deveria* fazer isso. Isso é evidente não somente a partir do fato geral que *nada acontece* salvo aquilo que o Criador e Governante do Universo propôs eternamente, mas também a partir da declaração expressa da Escritura que Cristo como um *Cordeiro* “foi conhecido, ainda antes da fundação do mundo” (1Pe. 1:20).² Se, então, Deus tinha pré-

² Nota do tradutor: “... pré-ordenado, com efeito, antes da fundação do mundo”, na versão do autor.

ordenado antes da fundação do mundo que Cristo deveria, no devido tempo, ser oferecido com um Sacrifício pelo pecado, então é inequivocamente evidente que Deus também pré-ordenou que o pecado deveria entrar no mundo, e se foi assim, que Adão deveria transgredir e cair. Em plena harmonia com isso, *o próprio Deus* colocou no Éden a árvore do conhecimento do bem e do mal, e também permitiu que a Serpente entrasse e enganasse a Eva.

Aqui, então, está a dificuldade: Se Deus decretou eternamente que Adão *deveria* comer da árvore, como ele poderia ser considerado responsável pelo ato? Formidável como o problema parece ser, todavia, é possível uma solução, uma solução, além do mais, que pode ser entendida pela mente finita. A solução deve ser encontrada na distinção entre vontade secreta de Deus e sua vontade revelada. Como declarado no apêndice I,³ a responsabilidade humana é mensurada pelo nosso conhecimento da vontade *revelada* de Deus; o que Deus nos *disse*, não o que ele não nos disse, é o definidor do nosso dever. Assim foi com Adão.

Que Deus decretou que o pecado deveria entrar neste mundo por meio da desobediência dos nossos primeiros pais era algo *secreto* em seu próprio seio. Adão não sabia nada disso, e *isso faz toda a diferença* no que diz respeito à sua responsabilidade. Adão desconhecia totalmente os conselhos ocultos de Deus. O que lhe dizia respeito era a vontade *revelada* de Deus. *E essa era clara!* Deus tinha *proibido* que ele comesse da árvore, e isso era suficiente. Mas Deus foi além: ele até mesmo advertiu Adão das conseqüências terríveis que seguiriam caso ele desobedecesse – a morte seria a penalidade. A transgressão, então, da parte de Adão, foi inteiramente *sem desculpa*. Criado sem nenhuma natureza má, com uma vontade em perfeito equilíbrio, colocado num ambiente santo, recebendo o domínio sobre toda a criação inferior, tendo plena liberdade com uma única restrição sobre ele, claramente advertido do que aconteceria com o ato de insubordinação a Deus, havia todo induzimento possível para Adão preservar sua inocência; e, ao falhar e cair, então pelo próprio princípio de justiça seu sangue deveria cair sobre sua cabeça, e sua culpa imputada a todos em favor de quem agia.

Tivesse Deus revelado a Adão seu propósito que o pecado entraria neste mundo, e que ele tinha decretado que Adão *deveria* comer do fruto proibido, é óbvio que Adão não poderia permanecer responsável *por* comer o mesmo. Mas visto que Deus *reteve* de Adão o conhecimento de seus conselhos, sua responsabilidade *não* foi interferida.

Novamente; tivesse Deus criado Adão com uma tendência para o mal, então a responsabilidade humana teria sido enfraquecida e a provação do homem seria algo meramente no nome. Mas visto que Adão estava incluso entre o que Deus, no final do sexto dia, pronunciou como “muito bom”, e,

³ http://www.monergismo.com/textos/soberania_divina/vontade_deus_pink.htm

visto que o homem foi feito “reto” (Ec. 7:29), então toda boca deve ser “fechada” e “todo o mundo” deve ser reconhecido como “*culpável* perante Deus” (Rm. 3:19, RA).

Uma vez mais, é necessário termos cuidadosamente em mente que Deus não decretou que Adão pecaria e *então injetou em Adão uma inclinação para o mal*, para que seu decreto fosse realizado. Não; “Deus não pode ser tentado pelo mal e *de* mesmo a ninguém tenta” (Tiago 1:13). Pelo contrário, quando a Serpente veio tentar Eva, Deus fez com que ela lembrasse do seu mandamento proibindo comer da árvore do conhecimento do bem e do mal e da penalidade ligada à desobediência! Assim, embora Deus *tenha* decretado a Queda, em nenhum sentido ele foi o *Autor* do pecado de Adão, e em nenhum ponto foi a responsabilidade de Adão avariada. Assim, podemos admirar e adorar a “*multiforme* sabedoria de Deus”, em traçar um caminho pelo qual seu decreto eterno seria realizado, e ainda assim a responsabilidade de suas criaturas ser preservada intacta.

Talvez deva ser adicionado algo com respeito à vontade decretiva de Deus, particularmente em sua relação com o mal. Em primeiro lugar, devemos entender que, tudo quanto Deus faça ou permita, é correto, justo e bom, simplesmente porque foi *Deus* quem fez ou permitiu. Quando Lutero respondeu à pergunta, “Por conseguinte, permitiu-se que Adão caísse, e corrompesse toda a sua posteridade, quando Deus poderia tê-lo impedido de cair, etc.”, ele disse: “Deus é um Ser cuja vontade não precisa de nenhuma causa: nem devemos prescrever regras para o seu agrado soberano, ou chamá-lo a prestar contas do que faz. Não existe ninguém superior ou igual a ele; e sua vontade é a regra de todas as coisas. Assim, ele não deseja tais e tais coisas porque elas são corretas, e ele não estava obrigado a desejá-las; mas elas são corretas e justas porque ele as deseja. A vontade do homem, de fato, pode ser influenciada e movida; mas não a vontade de Deus, nunca! Afirmar o contrário é dizer que Deus não é Deus!” (De Servo, Arb. c/ 153).

Afirmar que Deus decretou a entrada do pecado em seu universo, e que ele pré-ordenou todos os seus frutos e atividades, é dizer o que pode a princípio chocar o leitor; mas a reflexão deveria mostrar que é ainda mais chocante insistir que o pecado invadiu seus domínios *contra* sua vontade, e que o exercício do pecado está *fora* de sua jurisdição: pois em tal caso, onde estaria sua onipotência? Não; reconhecer que Deus pré-ordenou todas as atividades do mal é ver que ele é o *Governante* do pecado: sua vontade determina o exercício do pecado, seu poder governa os limites do mesmo (Sl. 76:10). Nem é ele o Inspirador ou Introdutor do pecado em suas criaturas, mas ele é o Criador delas, pelo que queremos dizer que o tratamento dos ímpios por Deus é tão completo que eles não podem fazer nada senão aquilo que a sua mão e conselho, desde a eternidade, determinou que deveria ser feito.

Embora nada contrário à santidade e justiça possa emanar de Deus, ele, todavia, para os seus sábios propósitos, ordenou que suas criaturas caíssem no

pecado. Se o pecado não tivesse sido permitido, como a justiça de Deus poderia ser demonstrada na punição do mesmo? Como poderia a sabedoria de Deus ter sido manifestada tão maravilhosamente no governo do pecado? Como a graça de Deus poderia ter sido exibida no perdão do pecado? Como o poder de Deus poderia ter sido exercido subjugando-o? Uma prova muito solene e impressionante que *Cristo* reconheceu o decreto de Deus quanto ao pecado é visto em seu tratamento para com Judas. O Salvador sabia muito bem que Judas o trairia, e, todavia, nunca lemos que ele o admoestou quanto a isso! Pelo contrário, ele lhe disse: “O que pretendes fazer, *faze-o* depressa” (João 13:27, RA)! Todavia, observe que isso foi dito *após* ele ter recebido o bocado e Satanás ter tomado posse do seu coração. Judas já estava preparado e determinado em sua obra traidora; portanto, Cristo permissivamente (rendendo-se à ordenação do seu Pai) convidou-lhe a ir adiante em sua terrível tarefa.

Assim, embora Deus *não* seja o Autor do pecado, e embora o pecado seja contrário à sua santa *natureza*, todavia a existência e operações dele não são contrárias à sua *vontade*, mas subservientes a ela. Deus nunca tenta o homem ao pecado, mas ele tem, por seus conselhos eternos (que ele está agora executando), *determinado seu curso*. Além do mais, como mostramos no capítulo 8, embora Deus tenha decretado os pecados do homem, todavia, o homem é responsável por não cometê-los, e culpável quando o faz. Visivelmente existem dois lados desse assunto terrível unidos por Cristo na seguinte declaração: “Ai do mundo, por causa dos escândalos; *porque é inevitável* (porque Deus os pré-ordenou) que venham escândalos, *mas ai do homem* pelo qual vem o escândalo!” (Mt. 18:7). Assim, também, embora tudo que tenha acontecido no Calvário foi pelo “determinado conselho e presciência de Deus” (Atos 2:23), todavia, “mãos de injustos” crucificaram o Senhor da glória, e, em conseqüência, seu sangue caiu de forma justa sobre eles e seus filhos. Altos mistérios são esses, todavia, é tanto o nosso feliz privilégio como nosso dever sagrado receber humildemente tudo o que Deus se agradou de revelar com respeito a eles em sua Palavra da Verdade.

Fonte: Apêndice 2 do livro *The Sovereignty of God*, de Arthur Walkington Pink.